

Novas economias e a economia nova que a Economia de Comunhão propõe: perscrutando o discurso a partir de experiências, reflexões e desafios.

Maria Helena Fonseca
Faller¹

Resumo

Trata-se de um texto com propósito de ensaio, resultado de pesquisas científicas, reflexões compartilhadas entre pares com lentes científicas e lentes ativistas e observações recolhidas de experiências, relatórios e relações. Objetiva refletir sobre as novas economias, a Economia de Comunhão no Brasil e suas contribuições para o processo em curso de mudança sistêmica e alguns dos seus principais desafios atuais.

Palavras-chave

Novas economias; ecossistema de impacto; Economia de Comunhão.

1.Primeiras palavras

Intenciono iniciar esse texto realizando alguns esclarecimentos e alinhamentos de expectativas para o leitor e para a leitora. Como uma ativista que pesquisa o que a envolve, devo admitir minha pouca crença no que chamamos de neutralidade científica. Acredito nas metodologias científicas, nas premissas de cuidado para uma observação mais límpida possível, comprometida com a busca da autenticidade e do conteúdo fidedigno contido nos fenômenos e nas narrativas. Contudo, compreendo que as pessoas estão envolvidas com o cosmos que as circundam, o que permeia e influencia seus olhares e observações e a própria utilização dos métodos e metodologias. Desse modo, reconheço e utilizo o cuidado e o lugar de observação criteriosa e cuidadosa sugerida pelos métodos, mas permito-me falar em primeira pessoa, porque é assim que me observo no mundo: como uma pessoa que olha, age e observa a partir de um lugar de fala, de um contexto biológico, físico, cultural, político, anímico e espiritual. Minha

¹.Doutora em Direito Socioambiental pela PUC/PR, mestre em Direito do Estado pela UFSC, empreendedora social, advogada, professora universitária, ativista, mãe. Foi presidente da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão por 9 anos e coordenadora executiva da organização por 7 anos. É membro do comitê científico da Economia de Francisco global. É co-fundadora da Outra Economia, hub brasileiro da Wellbeing Economy Alliance. Na Din4mo Lab, co-lidera o Agente MUDA, comunidade de prática de lideranças sistêmicas. Na REPAM PanAmazônica e na Fundação Pórticus, é consultora do Núcleo de Justiça Socioambiental e Bem Viver. Escreveu algumas dezenas de artigos científicos, já organizou algumas obras com amigos cientistas da América Latina e já pode morrer em paz: escreveu um e publicou um livro em 2013, no mesmo mês que seu filho Bernardo veio ao mundo. Mal sabia ela que era apenas o começo de tudo...!

crença é que essa assunção e confissão pública contribui mais para a construção da narrativa daquilo que chamamos de ciência, pois revela claramente aquilo que enxergo como inescapável e insuperável: somos seres contextualizados e imersos em um lugar no mundo que interfere em tudo que somos, vemos e fazemos.

Fazendo uso da minha titulação acadêmica, me permito narrar e descrever o fenômeno escolhido a partir da minha digestão intelectual e sensorial, mesclando inúmeras referências de forma fluida, sem remissões diretas e rígidas. Sou aquilo que li, observei e vivi, não entendo como é possível destacar em tempo integral o que é do outro e da outra e o que é meu. Nesta etapa da minha jornada acadêmica, permito-me essa ousadia com alguma serenidade. Por isso, prefiro chamar esse texto de ensaio, para não ferir o rigor científico pedido a um artigo. Contudo, trarei ao final do texto todas as fontes que direta e indiretamente estão catalisadas nesse texto, para deixar claro que ofereço uma narrativa realizada a partir da digestão interna de autores, autoras, experiências, relatórios e relações, fazendo justiça a quem produziu os conteúdos.

Feitos esses alinhamentos iniciais e importantes, esclareço o percurso que será trilhado: (1) uma breve leitura - feita a partir de um recorte que elegi - do contexto que permeia a emergência desse movimento difuso, global, não-linear chamado de novas economias²; (2) o espaço de origem da Economia de Comunhão; (3) a narrativa atual da Economia de Comunhão e as contribuições que as lideranças do movimento enxergam que ofertam para o fortalecimento do processo de mudança sistêmica; (4) alguns desafios que a Economia de Comunhão enfrenta após 31 anos de percurso.

2. Novas economias: mais uma perspectiva de leitura catabolizada

Existe uma miríade de textos descritivos e bem construídos que desejam descrever, justificar e fundamentar o que são as novas economias. Partem de perspectivas e visões de mundo diversas, complementares, muitas vezes opostas e contrapostas. Me permito aqui trazer uma síntese simples, que se afasta de uma análise estruturada das narrativas, eventos e movimentos históricos. É apenas um esforço inicial e incipiente de demarcar o contexto dos valores comuns que *transbordam das bordas* dessa complexidade batizada de *novas ou outras economias*. Antes de iniciar, desejo deixar claro de onde parto e qual visão de mundo nutro e postulo.

² Importante evidenciar que a reflexão sobre novas economias que empreendo é livre, de cunho reflexivo e conceitual autoral com base nas leituras, vivências e reflexões que faço e fiz com pares dessa jornada, a partir de um recorte referencial que não contempla uma análise histórica de fatos, eventos, narrativas que marcaram a sua consolidação.

Acredito que a mudança sistêmica acontece a partir de processos de mudança e reforma graduais, que operam a partir de bases culturais novas e/ou resgatadas e ressignificadas, no interior e a partir das beiradas do sistema econômico em vigor. Ou seja: não postulo por rupturas abruptas ou revoluções. Acredito em mudanças e processos de transformação que se operam no sistema em vigor, porque creio que o que sustenta esse sistema é a cultura e as decisões que emergem dessa cultura.

O capitalismo, por si só, no meu entendimento, não é o vilão culpado por todos os problemas. O capitalismo é um sistema econômico que se constitui a partir de uma cultura que o informa e que gera as instituições que o sustentam. São decisões que formam instituições, assumidas por pessoas e/ou grupos. Nessa perspectiva, não responsabilizo um sistema, mas penso na responsabilidade de pessoas, grupos e organizações que tecem uma cultura, que operam decisões e constroem o sistema, com suas regras e funcionamento. Por isso me afasto de discussões que vociferam contra o sistema e escolho participar de discussões que repensem sua cultura e se comprometam a modificá-la a partir de decisões e estratégias de reconstrução sistêmica que se operam sem violência de argumentos e comportamentos. Sem guerras.

A partir disso, me uno a quem pensa nas novas economias como um movimento de pessoas e organizações que ganham um contorno mais nítido e visível em meados dos anos 2000, trazendo perspectivas culturais e estratégicas múltiplas para se repensar a economia e sua relação com o mundo da vida, questionando paradigmas consagrados e postulados tido como inegociáveis. É desafiador definir e delimitar um movimento diverso, não-linear, democrático, completamente fluido, mas arrisco identificar uma ilha de convergências que permite essa titulação: compõem as novas economias as organizações e movimentos que se propõem a questionar os padrões culturais vigentes no sistema econômico, buscando ressignificar, reimaginar e reconstruir suas estruturas a partir de valores como interdependência, transcendência, colaboração e cooperação, inteligência coletiva, complementariedade e subsidiariedade, equidade, regeneração e consciência sistêmica.

Desloca-se a centralidade do dinheiro e do lucro como forças motrizes do sistema econômico e se recoloca esses dois elementos ao lado de outros: pessoas, comunidades, natureza, planeta. A economia cuida da organização da casa e essa casa é o mundo. Logo, sua lógica é ancorada na consciência sistêmica da vida e suas decisões devem considerar todas as partes interessadas e envolvidas.

A partir disso, perde o sentido a separação estanque e rígida entre estado, mercado e sociedade e ganha força a compreensão que essas três dimensões da vida humana estão interconectadas, se interpenetram mutuamente e constantemente e devem ser vividas e pensadas a partir de valores e princípios comuns, que as impulsiona e direciona para a servir a um objetivo compartilhado: bem-estar das pessoas e do planeta, que podemos chamar de um “bem comum”. Para lidar com a complexidade de problemas e crises que temos hoje é preciso lançar mão da natureza, inteligência e expertise de cada um desses espaços, reinventando relações e experimentando formas de atuação e responsabilidade compartilhada³.

É importante evidenciar que aquilo que chamei de “ilha de convergência” é um conjunto de valores e princípios assumidos e identificados nesses movimentos e organizações de distintas formas, naturezas, matizes e dimensões. Não há linearidade, tampouco uniformidade, há contraposições, conflitos e até mesmo divergências quanto à sentidos e significantes. Contudo, identifico esse espaço comum, que ousou chamar de comunhão fundante de propósitos e princípios. Meu otimismo não é ingênuo, ele é consciente e estratégico: se não aprendermos a nos articular ao redor de identidades comuns, construindo estratégias complexas e interconectadas de atuação, seremos atropelados pelas nossas vaidades e pela atuação de quem sabe articular-se maliciosamente e eficazmente ao redor do poder institucional, aquilo que entendo como recursos e capacidades de construir estruturas e sistemas orientados à um objetivo compartilhado – seja ele ético ou não.

No Brasil, podemos ler essa emergência das novas economias com maior vitalidade e visibilidade no contexto e no delineamento daquilo que chamamos de ecossistema de negócios e investimentos de impacto. Pelas mãos de Célia Cruz, Diogo Quitério e Beto Scretas compreendemos que

Um ecossistema de investimentos e negócios de impacto começa a existir quando várias organizações participam dessa agenda de forma coordenada, assumem perspectivas e dinâmicas próprias de interação com outros participantes, e orientam-se em torno da mesma crença: a de que modelos de negócio visando rentabilidade financeira podem

³ Um exemplo disso é a Estratégia Nacional de Negócios e Investimentos de Impacto – ENIMPACTO, política pública federal que objetiva criar um ambiente institucional e normativo favorável ao crescimento de negócios e investimentos de impacto. A política foi articulada por pessoas e organizações advindas do setor público, privado e social, reunindo lideranças, lógicas, estratégias e recursos dessas três esferas/dimensões da vida a serviço de uma nova economia. Ao redor da ENIMPACTO, formou-se um coletivo do ecossistema, formado por pessoas originadas destes três espaços - estado, mercado e sociedade civil – as quais desejam impulsionar a implementação de um Sistema Nacional de Negócios e Investimentos de Impacto, territorializando a política pública para as esferas estadual e municipal. A propósito, visitar: [ENIMPACTO — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/enimpacto)

somar com governos e terceiro setor na resolução de problemas sociais e ambientais, buscando soluções inovadoras e comprometidas com a efetividade.

Ainda, é necessário acrescentar a isso a constatação de que o volume de recursos dirigidos à filantropia e à redistribuição de renda é insuficiente e não corrige as engrenagens que permitem que a concentração de poder econômico e político continue a se reproduzir, reproduzindo sistemicamente as desigualdades.

O Papa Francisco, ao convocar uma Economia de Francisco⁴, faz alusão direta a esse fato, reconhecendo a importância e necessidade das políticas redistributivas e da atuação estratégica do chamado terceiro setor, alertando, por outro lado, para o perigo que essas soluções representam para a distração e disfarce das raízes dos reais problemas que necessitam ser afrontados: desenhos institucionais que permitem que o poder político continue concentrado nas mãos de poucos e poucas.

A concentração de poder político – entendido aqui como condição, capacidade e recursos para se autodeterminar e para decidir sobre a vida – gera concentração de poder econômico. Para os recursos circularem de forma equitativa é necessário mexer no desenho do sistema, desconfigurando as engrenagens que são quase invisíveis aos nossos olhos⁵.

O ecossistema de negócios e investimentos de impacto contém organizações e pessoas comprometidas com estratégias de *advocacy*⁶ e de redesenho sistêmico, fundamentais para a mudança das regras do jogo, que configuram e constroem as estruturas de sustentação desta nova economia.

Nessa perspectiva, é perceptível a importância dos movimentos, coletivos, organizações e diversos tipos de iniciativas alinhadas com as novas economias, uma vez que possibilitam experiências potentes de partilha de poder político, verdadeiros experimentos de construção colaborativa, participativa, criativa e de inovação, que atuam a partir de vocações, perspectivas, estratégias e prioridades distintas, realizando

⁴ FRANCISCO, Economia de. Discurso do Papa Francisco 2020. Assis, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/erXLU951VZc>

⁵ A Constituição Federal é um exemplo cabal dessa afirmação: possui uma ampla gama de direitos sociais, mas restringe direitos políticos, mantendo a estrutura política do país concentrada nas mãos de poucos e poucas. O que acontece é que os direitos sociais se tornam esmolas políticas, concedidas a gosto e arbítrio de quem define as regras do jogo, criando uma estrutura mental e cultural perversa de que pessoas e comunidades vulnerabilizadas são demandantes de recursos e representam custos sociais. Uma engenharia fina e bem amarrada que necessitamos conhecer e rever.

⁶ O *advocacy* é uma prática e/ou estratégia utilizada para influenciar tomadores/as de decisão na mudança ou na criação de políticas públicas em favor de uma causa, de forma a resolver ou minimizar problemas de diversos âmbitos.

entregas relevantes e de natureza fundante, que uma vez conectadas de alguma forma, permitem a reinvenção sistêmica e complexa que nossos desafios e crises atuais exigem.

Por isso a palavra ecossistema, emprestada da biologia, é tão importante e ao mesmo tempo, desafiante: coexistência de organismos com papéis diversos, interdependentes e necessários para que o todo funcione adequadamente. Esse todo é o planeta, o cosmos que nos constitui e envolve e apresenta importantes soluções a serem observadas e escolhidas como apostas inteligentes para a mudança sistêmica.

As economias regenerativas, a Economia de Francisco e outras iniciativas similares trazem essa compreensão sob matizes diversos, elucidando o quanto as soluções para problemas complexos, muitas vezes encontram-se disponíveis a mentes sensíveis e abertas a conteúdos postos para além da racionalidade do grandes sistemas e escolas de pensamento tradicionais. Pelas palavras de John Fullerton, em seu texto *Capitalismo Regenerativo*, “*podemos – e devemos – alinhar nossa teoria e práticas econômicas com nossa compreensão mais recente sobre as formas pelas quais o universo e a humanidade realmente funcionam*”⁷.

A Economia de Comunhão, movimento que possui atualmente dimensões globais, nasceu no Brasil na década de 90, mais precisamente, em 29 de maio de 1991, período pós-redemocratização, marcado pela efervescência das ideias democráticas e das questões sociais.

Nesse contexto, a economia solidária e o cooperativismo⁸ emergem como alternativas relevantes para uma ideia e uma práxis de crescimento econômico que considerasse e acolhesse a dimensão humana e lidasse de algum modo com a problemática da desigualdade, a partir de princípios e estruturas ancoradas na autogestão, na horizontalidade de relações e estruturas, na partilha de lucros e resultados, na cooperação e colaboração. A responsabilidade social empresarial também ganhava impulso nesse período, pedindo atenção do mercado para a questão social.

A história e a vida não são lineares, tampouco, necessariamente evolutivas. Mas podem ser lidas e compreendidas a partir das lentes da sincronicidade. Não me parece possível a existência de toda essa discussão sofisticada e estrategicamente bem construída que vislumbramos hoje, se esses movimentos e organizações não tivessem

⁷ FULLERTON, John. *Capitalismo Regenerativo*. Abril, 2015. Disponível em: [Microsoft Word - Revised Spanish Version of Regenerative Capitalism 5.6.16.docx \(capitalinstitute.org\)](#)

⁸ Importante registrar que tais ideias/propostas não foram fundadas nesse contexto, mas emergiram no debate público pós democratização com maior relevância.

existido em algum momento, trazendo luz e energia para questões e dores antes pouco exploradas.

Nesse sentido, emerge a importância de reconhecer a dignidade da existência e da contribuição de todos e todas que em algum momento da história arriscaram inovar em um ambiente desafiador e resistente a mudanças, mesmo se atuaram sobre sombras e intersecções pouco visíveis e pouco consideradas pela opinião pública⁹.

3. Compreendendo a Economia de Comunhão a partir de seu contexto originário

Para tratar e pensar sobre a Economia de Comunhão, compreendendo e apreendendo suas reais contribuições para a construção desse ecossistema de novas economias, é importante localizá-la no seu contexto originário.

Existiram muitas tentativas e esforços de descrever e definir Economia de Comunhão, gerando um enxame de confusões conceituais e semânticas das mais variadas naturezas. Por tratar-se de um movimento que foi constituído a partir de bases sociais, de forma fluida e espontânea, com uma governança não formal e territorialmente difusa, não havia em suas primeiras décadas quem aglutinasse e produzisse algum tipo de narrativa compartilhada de forma mais uniforme e regular. Mesmo entre suas lideranças intelectuais não havia um consenso uniforme acerca desta narrativa constitutiva, o que é percebido na leitura dos textos – mesmo os de natureza científica e intelectual – e dos discursos produzidos no campo da sensibilização e do ativismo.

A riqueza de ideias e iniciativas resultantes dessa diversidade viva, características de um movimento cultural e social, é ampla. Contudo, enfraquece a constituição de estratégias claras e compartilhadas pelo corpo social que sustenta o movimento, fragmentando suas entregas para o território e para o mundo, dificultando a identificação de sua proposta de valor na construção do ecossistema e quase que inviabilizando a mensuração de seus impactos, mesmo se eles existem e estão declarados nas falas de milhares de pessoas que constituíram e acessaram o movimento em alguma dimensão.

⁹ Pelas minhas palavras, opinião pública é o conjunto de crenças e códigos que se colocam como dominantes e relevantes no imaginário social compartilhado em determinado momento histórico, ganhando atenção e prestígio dos meios de comunicação tradicionais e das mídias sociais. Isso não é necessariamente positivo ou negativo. Trata-se de um fenômeno que se faz presente e podemos utilizá-lo para fins éticos ou não.

Nesse sentido, nos últimos anos, houve um esforço institucional no Brasil de construir uma estrutura organizacional que acolhesse e representasse o movimento, evitando dispersão de energia e recursos e conferindo alguma condição inicial de resolver esses desafios básicos para qualquer organização que pretende deixar um legado sólido e transmissível para o mundo.

A Economia de Comunhão é um movimento econômico e cultural que nasce no contexto de uma espiritualidade, com o objetivo de traduzir em cultura econômica um conjunto central de valores e princípios já experienciados por comunidades espirituais presentes em aproximadamente 182 nações. Antes de avançar nesta descrição, é importante tecer dois discernimentos.

Primeiro discernimento: a espiritualidade é tecida no campo anímico e no campo da transcendência: ela fala da relação entre pessoa e a algo que está para além da percepção física e está relacionada a um sentido e um propósito maior, percebido no campo sensorial e mental. Envolve um horizonte de sentidos e objetivos para a existência humana. Nas nossas narrativas comuns, costumamos denominar esse repertório de “*coisas do espírito*” ou “*coisas da alma*”. A partir disso, torna-se mais fácil distinguir uma espiritualidade de uma religião, geralmente vinculada a uma instituição denominada de igreja.

Segundo discernimento: a espiritualidade que impulsionou o nascimento da Economia de Comunhão, reconhecida como espiritualidade da unidade guarda suas raízes na tradição judaico cristã e é reconhecida pela Igreja Católica como uma espiritualidade cristã. Entretanto, como toda espiritualidade que existe, é destinada a todas as pessoas que se conectam com seu horizonte de sentidos e princípios. Sua universalidade é materializada no fato de apresentar-se e concretizar-se em forma de um movimento, chamado Movimento dos Focolares, o qual se posiciona como uma organização em escala global de pessoas que desejam viver pela fraternidade universal, independente de credos e religiões.

A espiritualidade da unidade está ancorada na compreensão de que somos membros de uma comunidade global, interconectada misticamente e fisicamente, a partir de uma unidade cosmológica que está posta e coexiste a partir da diversidade e da pluralidade e contempla uma conexão única entre pessoas e natureza, que se nomina de cosmos. Essa conexão é entendida como comunhão.

É da percepção e apreensão dessa relação cosmológica que se opera na natureza e nas relações, que nascem os princípios da espiritualidade da unidade, o central e

primeiro deles, o princípio da comunhão. Para resgatar, restabelecer, reforçar e aprofundar essa comunhão que emana do cosmos, as pessoas são convidadas a praticá-la em suas próprias vidas, provando um sentido profundo de plenitude interior e de comunidade, mesmo na iminência e no seio do conflito. Essa comunhão se realiza em várias dimensões concretas: no campo do ser, do fazer e dos recursos. Acontece na vida, de forma integral e livre. A liberdade é uma premissa e um aspecto fundamental, porque o compartilhar e gerar comunhão – laços de comunidade, reconhecimento e equidade – é uma escolha livre e pessoal.

No repertório dessas comunidades é recorrente encontrar a frase “*somos um*”. Materializando essas premissas nos diversos contextos culturais em que este movimento se fez presente desde sua fundação, a prática da comunhão do ser e dos recursos é uma das principais características das comunidades constituídas.

A comunhão do ser é chamada de comunhão da própria vida e da própria alma. É uma dinâmica de compartilhar tudo: o que somos, o que sentimos, nossos desafios, nossas visões, nossas vidas. A conexão profunda provada com essa prática gera um sentido e uma experiência concreta de comunidade, na qual as pessoas se sentem impelidas a compartilhar tudo, também seus bens e recursos, de forma livre e genuína.

Com efeito, é orgânico que este reconhecimento de interdependência e transcendência compartilhados desencadeia um anseio e uma busca concreta pela realização da equidade, especialmente no campo social e econômico. Existe a convicção de que essa comunhão de propósitos e de vida geram a energia, a força motriz e um tipo de racionalidade e inteligência coletiva capazes de impulsionar movimentos e estratégias variadas de mudanças sociais e estruturais.

No caso específico do Brasil, a chegada dessa espiritualidade na década de 70 materializou-se de forma mais visível no acolhimento e no trato da questão social e da necessidade de atuação no campo da redução da pobreza e das desigualdades. Rapidamente, proliferam-se coletivos e organizações a serviço de comunidades vulnerabilizadas, localizadas nestes espaços, gerando conexões – comunhão de propósitos e recursos - entre periferias e centros urbanos, aglutinando pessoas de diversas condições culturais e econômicas ao redor de uma causa de fraternidade universal.

Foi nesse contexto cultural e espiritual que em 29 de maio de 1991, foi fundada a Economia de Comunhão, com a intenção clara de traduzir esses princípios e

experiências já em curso nessa comunidade espiritual global em um movimento econômico e cultural com o objetivo de erradicar a pobreza.

A fala fundacional de Chiara Lubich “*até que não haja mais pobres entre nós*”, traz a visão e a missão do movimento. O “*entre nós*” evidencia o senso de comunidade, ponto central, que gera a condição para que a comunhão de propósitos e recursos aconteça. São pessoas com esse propósito e comunidades constituídas ao redor dessa intenção que geram um tipo de caldo cultural capaz de sustentar e reverberar mudanças sistêmicas.

A fundadora, uma mulher, foi um pouco além: em seu discurso fundacional convoca empreendedores e empreendedoras a transformarem suas organizações em comunidades disseminadoras dessa nova cultura econômica, comprometida a gerar equidade já nos espaços de gestão, produção e tomada de decisão, produzindo recursos para compartilhar em todos os momentos da jornada econômica. Ela o fez motivada pela percepção obtida ao sobrevoar São Paulo, vendo o contraste entre a Avenida Paulista e a periferia ao redor: existem recursos e inteligência disponíveis para todas as pessoas viverem com dignidade, mas eles estão concentrados. Convocou a comunidade que estava diante dela a desafiar essa lógica: vamos gerar recursos e compartilhar, construindo uma economia a partir da comunhão de propósitos, recursos e da própria vida, na qual as pessoas e comunidades vulnerabilizadas têm voz e espaço, decidindo e assumindo o protagonismo sobre as escolhas realizadas.

Ainda, convidou as pessoas que estavam diante dela a envolverem-se com essa causa, atuando em todos os âmbitos da sociedade, ressignificando o valor e o papel do trabalho, do consumo, dos hábitos e das escolhas cotidianas, orientando todo esse repertório a um propósito maior de equidade, equilíbrio sistêmico e de redistribuição da abundância, difundindo a percepção que se faz uma Economia de Comunhão em todos os momentos da vida.

É possível encontrar pontos de conexão da Economia de Comunhão com muitos movimentos e organizações do ecossistema de impacto. Sobretudo, é perceptível a sincronicidade da espiritualidade que a originou em muitas lideranças que movimentam esse ecossistema e criam suas narrativas: é comum encontrar referência a um propósito fundante de todas as escolhas e decisões econômicas, assim como é facilmente identificável a presença de uma profunda consciência sistêmica, acompanhada do reconhecimento da interdependência cósmica e do senso de comunidade global.

Conectar e compartilhar são as palavras de ordem do ecossistema de impacto e são as vigas mestras da Economia de Comunhão.

A própria referência recorrente no campo das novas economias à Teoria U de Otto Scharmer do MIT demonstra a consciência compartilhada de que para operar mudanças sistêmicas é necessário operar no campo das estruturas internas do mundo, no campo das mentalidades, crenças e culturas.

Tal constatação revela que a busca pela transcendência e por um propósito maior marca a personalidade de todas as pessoas com vocação de mudar estruturas. Não é preciso estar conectado a uma religião ou a alguma espiritualidade ou comunidade específica para que isso seja despertado ou identificado.

A Economia de Comunhão busca conectar pessoas com esse propósito, que ao se conectarem e se perceberem parte de uma comunidade global, despertam a consciência sistêmica que nutrem internamente, identificam suas vocações para mudar a economia e a partir disso, através de seu trabalho e escolhas cotidianas, decidem compartilhar recursos e gerar essa grande comunhão global.

A partir dessa contextualização da edc em seu contexto originário, é possível compreender o motivo pelo qual ela foi confundida por muitos anos com um movimento religioso que atuava no campo da assistência social. É um desafio normalizar uma espiritualidade e compreendê-la no contexto humano e como cultura, que informa a vida e a economia de forma simples e acessível à todas as pessoas, independente de credos e convicções religiosas. Podemos chamar isso de propósito, de estruturas internas equilibradas sistemicamente ou de consciência sistêmica.

Nos últimos anos, a partir de um processo de reposicionamento interno e reestruturação organizacional, buscou-se esclarecer em sua comunicação institucional qual é sua causa motriz: viver pela erradicação da pobreza, por um mundo mais justo, regenerativo e fraterno. Todas as pessoas que se sentem chamadas a mudar o mundo através da economia são convidadas a fazer parte da comunidade global que constitui a edc: *“porque somos comunidade”* é um dos slogans atuais que reverberam todo o repertório do movimento.

4. Narrando a Economia de Comunhão no Brasil hoje

Para erradicar a pobreza, é preciso uma nova forma de fazer negócios. Esse é o slogan central do movimento no Brasil. Para isso, reúne pessoas e organizações que orientam suas empresas, seu trabalho e suas escolhas de vida por este propósito.

De fato, a Economia de Comunhão acredita que é possível fazer negócios a partir de decisões simples e cotidianas comprometidas com a erradicação da pobreza (ODS1), redução das desigualdades (ODS 10) e com a promoção do trabalho decente que gera real crescimento econômico (ODS 8)¹⁰.

Para isso, adota como missão conectar pessoas, compartilhar propósitos e recursos, gerar comunhão. O que significa comunhão, para a edc?

Significa encontro. A comunhão nasce da cultura do encontro, tornando possível a conexão entre oportunidades e vulnerabilidades. Essa conexão acontece permeada pelos valores da fraternidade, da interdependência, da coerência e da reciprocidade, o que remove estruturas e relações de verticalidade e assistência. Em uma comunidade, é orgânico compartilhar necessidades e recursos que se destinam a supri-las.

Todos os recursos movimentados e compartilhados pela Economia de Comunhão são operados na lógica de que todas as pessoas possuem igual direito à dignidade e à felicidade. Nessa perspectiva, as pessoas que escolhem fazer parte da comunidade edc se sentem convidadas a protagonizar processos de restauração de uma equidade social que está violada. Ao compartilhar, cumpre-se um compromisso ético com o mundo, colaborando com o ecossistema na restauração da justiça social. Não se trata de caridade. Trata-se de um dever ético. Quem compartilha recursos, está acessando uma oportunidade de contribuir para a equidade social e quem compartilha vulnerabilidades está oportunizando que os recursos e a abundância circulem de forma equilibrada e digna. Diluem-se hierarquias e relações de dependência e verticalidade.

Tal afirmação é comprovada nas milhares de narrativas dos/das participantes dos projetos viabilizados pela Associação Nacional por uma Economia de Comunhão – ANPECOM¹¹. De fato, constituem-se comunidades. Nos eventos anuais organizados pela associação, é possível perceber essa atmosfera de equidade, reciprocidade e fraternidade, nos quais os/as participantes dos projetos ocupam espaços privilegiados nos fóruns de diálogo e nutrem relações pessoais e de igualdade com toda rede da organização. Essa percepção é comprovada nas falas destas pessoas que afirmam com frequência que se sentem protagonistas de um ciclo de transformação social. Grande parte dos/das participantes dos projetos se consolidam como empreendedores/as sociais

¹⁰ Trata-se dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#)

¹¹ Associação Nacional por uma Economia de Comunhão é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo servir, articular e representar o movimento no Brasil. Para visualizar: www.edc.com.br

em suas comunidades ou buscam atuar em outras comunidades vulnerabilizadas no exercício desse papel.

Durante a jornada de atuação com pessoas e comunidades vulnerabilizadas, aprofundou-se a compreensão de que a multidimensionalidade da pobreza é real e merece atenção. Foi constatado que as pessoas que vivenciam a vulnerabilidade econômica, em regra e na média, experimentaram previamente a escassez de recursos de outras naturezas e dimensões: deixaram de acessar recursos emocionais, psíquicos, relacionais, educacionais e políticos. Ou seja: não basta oferecer acesso a recursos materiais como facilidades e/ou processos de incubação/aceleração de negócios periféricos, mas é preciso atuar com facilidades no campo do florescimento humano. A ANPECOM tem dedicado um foco especial ao desenho de projetos e experimentos nesse campo e têm comprovado impactos significativos, como a transformação interna das pessoas que rapidamente passam a intervir e catalisar processos de transformação positiva em suas comunidades.

Nesse processo, pessoas e comunidades vulnerabilizadas alcançam voz e espaço, decidindo e assumindo o protagonismo sobre as próprias vidas e das suas comunidades. Outro aspecto importante de conferir evidência é ao fato de que o protagonismo das pessoas vulnerabilizadas é uma premissa real da Economia de Comunhão: o desenho dos projetos e das iniciativas é feito com as pessoas e comunidades vulnerabilizadas. São elas que definem as dores que desejam enfrentar com o projeto, desenhando em conjunto com a equipe da organização as soluções e a jornada que será trilhada.

A atuação da edc no Brasil hoje se concentra em três linhas de atuação estratégica:

(1) conexão entre vulnerabilidades e oportunidades, que abarca os projetos e iniciativas de florescimento humano, superação de vulnerabilidades e empreendedorismo, desenhado com e para pessoas e comunidades vulnerabilizadas, a partir de processos de escuta ativa e de facilidades que despertam o potencial interno e externo de transformação pessoal e social;

(2) empreendedorismo com propósito em edc: sustento de uma rede nacional de empreendedoras, empreendedores e organizações comprometidos com o propósito de erradicar a pobreza;

(3) engajamento cultural: fomento de projetos, iniciativas, eventos, conexões, facilidades, circulação de relatos e experimentos com pessoas e comunidades comprometidas com a cultura da Economia de Comunhão em seus territórios conforme

as potencialidades, necessidades e características de cada lugar, além do incentivo a reflexões acadêmicas por meio do Centro de Estudos e Pesquisa Filadélfia.

Os 31 anos de existência da Economia de Comunhão deixaram evidente para as lideranças do movimento que seu foco é sensibilizar empreendedores e empreendedoras a transformarem seus negócios em comunidades de pessoas comprometidas a gerar equidade, confiança, reciprocidade, fraternidade, e agir com interdependência cotidianamente, nas decisões mais simples às mais complexas, independente do porte que a organização possui e de sua configuração jurídica. A edc não atua com auditorias, certificações e qualquer tipo de fiscalização. Parte do pressuposto que integrar o movimento é uma escolha pessoal que se expressa em um novo modo de fazer negócios. Cada pessoa caminha em um ritmo e segundo sua vocação e possibilidades de jornada. O movimento oferta apoio, inspirações e incentivos¹².

Nesse sentido, os empreendedores e empreendedoras que se comprometem com uma Economia de Comunhão, realizam uma escolha consciente dos seguintes pressupostos éticos:

- . consciência pessoal - me reconheço como uma pessoa privilegiada (em recursos, saúde, tempo e/ou conhecimento)
- . consciência sistêmica - faço parte de uma única comunidade global e ao meu lado identifico pessoas, conectadas a mim, em estado de profunda vulnerabilidade.
- . vocação - sou chamado a ser agente de transformação na causa da erradicação da pobreza e das desigualdades.
- . ação - decido me comprometer com ações concretas, compartilhando meus recursos (dinheiro, capacidades, ideias, tempo, trabalho) para gerar mais recursos e compartilhar ainda mais.

Assim, os negócios são orientados por uma visão do empreendedorismo como resultado das escolhas pessoais das lideranças das organizações. O empreendedor e a empreendedora escolhem, conscientemente, viver pela erradicação da pobreza em todas as dimensões de sua vida, transformando esse propósito pessoal em um dos objetivos do seu negócio. São posicionamentos pessoais alinhados com os posicionamentos empresariais, motivados pelos valores: reciprocidade, fraternidade, interdependência e coerência.

¹²Existem outras organizações extremamente qualificadas atuando no campo da certificação de triplo impacto, servindo o ecossistema com excelência e assertividade nas entregas. Para conhecer melhor, acessar: [Sistema B Brasil](#)

Como já exposto, essas escolhas e esses valores fundamentam uma cultura empreendedora orientada à criação e redistribuição de riquezas e capacidades – comunhão – durante todo processo produtivo do trabalho e não apenas no momento de compartilhar recursos tangíveis. A gestão das organizações se dá a partir de relações de interdependência, coerência, reciprocidade e fraternidade com todas as partes envolvidas (colaboradores/as, fornecedores/as, clientes, acionistas, comunidade e meio ambiente). De modo central, utilizam sua capacidade de gerar valor para conectar pessoas e compartilhar recursos.

A partir disso, optaram por preencher um ou mais dos seguintes critérios objetivos:

- 1) criar oportunidades de trabalho específicas para pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 2) criar canais de receita (produtos ou serviços) destinados a gerar recursos a serem compartilhados com pessoas ou grupos vulnerabilizados de forma contínua e recorrente;
- 3) fornecer serviços e/ou produtos a custo acessível para pessoas e comunidades vulnerabilizadas;
- 4) destinar recursos, auferidos livremente, independentemente da existência de lucro ou prejuízos, para viabilizar iniciativas comprometidas com a erradicação da pobreza.

A ANPECOM convida a todos os empreendedores e empreendedoras do movimento a preencherem uma planilha simples, disponível de forma recorrente¹³, informando os recursos compartilhados mensalmente, com o objetivo de mensurar o impacto econômico realizado. As planilhas são mantidas em privacidade, protegidas pela lei geral de proteção de dados.

Os projetos e iniciativas sustentados pela Anpecom seguem uma política interna de prestação de contas e tem seus resultados apresentados na assembleia anual da organização. A edc atua com avaliação de resultados qualitativos e quantitativos como uma forma de promover constante revisão e melhorias de suas metodologias e processos de facilitação¹⁴.

A partir disso, é possível concluir que atuação da Economia de Comunhão está concentrada no campo da disseminação cultural, no campo da redistribuição ou

¹³ Disponível no link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1kLxyTFh6qOrdho-TGZXjiSmq3jFWt4ApFwYGreWQheY/edit?usp=sharing>

¹⁴ Para visualizar o relatório do ano de 2021, visitar: [Relatório2021 \(edc.com.br\)](#)

transferência de recursos¹⁵ e no campo do florescimento humano de pessoas e comunidades vulnerabilizadas. Suas entregas principais para o ecossistema são pessoas com vocação pública com capacidade de atuarem como agentes de transformação e uma comunidade permeada por uma cultura econômica comprometida com a geração de equidade e com capacidade de gerar regeneração sistêmica.

É importante registrar que desde os primórdios da edc havia a consciência acerca da necessidade de atuar no campo da política, articulando-a com a economia e colocando-as a serviço do bem comum. Essa narrativa é presente em muitos textos e discursos produzidos no decorrer de todos esses anos. Contudo, com o passar do tempo, foi ficando evidente que para atuar com qualidade e entregar impactos reais, é preciso focar em estratégias e entregas por camadas e conforme os recursos e capacidades disponíveis.

Consciente de que não possui foco de atuação no campo do *advocacy* e do redesenho sistêmico, a edc tem buscado colaborar e articular parcerias com e entre organizações e movimentos com essas vocações específicas, concretizando também a ODS 18, parcerias e meios de implementação. O seu envolvimento profundo e concreto na organização e articulação do movimento global Economia de Francisco torna visível seu esforço institucional de focar energias e recursos para a construção de uma cultura do encontro que favoreça o comprometimento da juventude, lideranças e organizações com a mudança sistêmica. É por essa razão que se atua em um ecossistema, permeado pelos princípios da colaboração, complementaridade, subsidiariedade e interdependência. Os problemas são complexos e as soluções devem ser muito bem desenhadas e executadas, com pessoas com expertise e capacidades específicas. É preciso unir forças e atuar de forma complementar e articulada.

5. Últimas palavras: os desafios

A potência e a diversidade de um movimento global, fortemente ancorado em propósitos compartilhados, constitui um caldo cultural importante para amalgamar e impulsionar os necessários processos de mudança sistêmica. Por outro lado, o risco da fragmentação e dispersão de energia e recursos ameaça constantemente a necessidade

¹⁵ Salvaguardadas as devidas proporções e o alcance do movimento, que é tímido e muito incipiente diante dos números avassaladores que temos no Brasil. Porém, é uma entrega genuína e potente, porque ancorada em uma nova forma de pensar e fazer negócios, uma nova cultura econômica, por isso também a necessária e importante distinção em relação à filantropia e as práticas de assistência social.

de tornar tangível essas intenções, canalizando-as para um foco em estratégias que entreguem impactos reais e mensuráveis.

Propósitos fortes e profundos não podem bastar por si só. Devem seguir acompanhados e sustentados por estratégias e processos bem estruturados, pensados a partir de uma inteligência coletiva facilitada com toda competência possível. Boas inspirações quando não executadas, se tornam apenas consolos e amortecedores de consciências. A parte positiva é que existe no ecossistema diversas organizações que atuam com foco na instrumentalização de movimentos, possibilitando a consolidação de suas jornadas com entregas relevantes e úteis para a construção da nova economia

Ainda, há o risco de auto referencialidade e da vaidade disfarçada, que podem acometer organizações e movimentos mobilizados por grandes causas, ao se consolidar uma crença enganosa de que sua causa é totalizante ou mais importante que as outras. A ânsia pelo reconhecimento das entregas cega lideranças e as desvia de suas vocações genuínas, distraindo os times com aspectos burocráticos, orçamentários, jurídicos e de gestão, que passam a ser assumidos como um fim em si mesmo. As intenções podem ser as melhores, mas os resultados podem ser tornar medíocres, superficiais e muito passageiros.

Nesse sentido, é necessário voltar o olhar constantemente à causa fundadora. No caso da edc, é um mundo sem pobreza, uma comunidade global que vive com justiça, de forma regenerativa e fraterna. Por isso, a importância da presença constante, forte e ampla de pessoas e comunidades vulnerabilizadas no movimento, com voz e vez de criar e liderar processos, recordando constantemente a razão de existir de toda estrutura construída para apoiar e impulsionar a jornada.

Afinal de contas, “*somos um*”.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Vera; et al. Economia de Comunhão: Projeto, Reflexões e Propostas para uma cultura da partilha. 2. ed. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 1998.

ARAÚJO, Vera; et al. Economia de comunhão – propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a “cultura do dar”.São Paulo: Cidade Nova, 1992.

BARAUNA, Marcia (Coord.). Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho – 1999. Economia de Comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 1999.

BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (orgs.) Negócios de Impacto Socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BENITES, Marcelo Riella. Pessoas que fazem a Economia de Comunhão. São Paulo: Cidade Nova, 2010.

BRUNI, Luigino. Virtudes y vicios del mercado: palabras para una economía humana. Madrid: Ciudad Nueva, 2018.

_____ Il capitalismo e il sacro. Milano: Vita e Pensiero, 2019.

_____ (Org.). Economia de comunhão – uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2002.

_____ Comunhão e as novas palavras em economia. São Paulo: Cidade Nova, 2005.

_____ ZAMAGNI, Stefano. Economia Civil: eficiência, equidade, felicidade publica. São Paulo: Cidade Nova, 2010.

ECONOMIA DE COMUNHÃO. Disponível em: www.edc.com.br

ECONOMY OF FRANCESCO. Disponível em: [HOME | The Economy of Francesco \(francescoeconomy.org\)](http://HOME | The Economy of Francesco (francescoeconomy.org))

ENIMPACTO. Estratégia Nacional de Negócios e Investimentos de Impacto. Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto>

FALLER, Maria Helena Ferreira Fonseca. A Economia de Comunhão e a função social da empresa: um encontro à luz da constituição federal. Curitiba: Juruá, 2013.

_____ Radicalizando a democracia, popularizando o constitucionalismo, redesenhando instituições: uma (re)leitura da Política Nacional de Participação Social. Tese de Doutorado defendida em abril de 2020. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2020.

_____ ; KOZICKI, Katya (Orgs). Soberania, Constitucion y Democracia: tensiones y contradicciones en el siglo XXI. Bogotá: Tirant Lo Blanch, 2020.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica Laudato Sí. São Paulo, Edições Loyola, 2015

_____. Carta Encíclica Fratelli Tutti. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

FULLERTON, John. Capitalismo Regenerativo. Abril, 2015. Disponível em: Microsoft Word - Revised Spanish Version of Regenerative Capitalism 5.6.16.docx (capitalinstitute.org)

FUKAYAMA, Marcel. Novas Economias: não dá mais tempo, a mentalidade tem que mudar. Disponível em: https://youtu.be/Jyyxz_73PFg

_____ . A nova ordem. Disponível em: <https://youtu.be/brlIr1yEjEo>

LEITE, Kelen Cristina. Economia de Comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: história e profecia. Trad. Irami B. Silva e Humberto L. S. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2004.

SANTANA, Cleiton Costa de. Economia de comunhão: os bens, a história e os corações que os movem. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SCHARMER, Claus Otto. Teoria U: como liderar pela percepção e realização do futuro emergente. Rio de Janeiro, Alta Books, 2019.

SPENCE, Michael. Para além do capitalismo: um novo olhar para os desafios de um sistema em esgotamento. Belo Horizonte: Voo, 2021.

SISTEMA B BRASIL. Disponível em: [Sistema B Brasil](#)

PINTO, Mário Couto Soares; LEITÃO, Sérgio Proença. Economia de Comunhão: empresas para um capitalismo transformado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.